

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.914 - AL (2019/0313672-1)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO : ESPECIARYA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**  
**ADVOGADOS : NELSON HENRIQUE RODRIGUES DE FRANÇA MOURA -**  
**AL007730**  
**PAULO DE TARSO DA COSTA SILVA - AL007983**  
**LUANA SALGUEIRO MASTRIANNI LIMA - AL014790**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. PEDIDO DE ADESÃO A NOVO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO. LEI 10.522/02. PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB Nº 15/09. LIMITAÇÃO DO VALOR A SER PARCELADO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL.

1. Remessa oficial e apelação da FAZENDA NACIONAL contra sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Federal de Alagoas, que julgou procedente pedido inicial, para, nos termos do art. 487, I, do CPC, suspender a eficácia do parágrafo único do artigo 29 da Portaria Conjunta PGFN/RFB 15/2009 e condenar a parte ré a realizar o parcelamento simplificado requerido pela autora, nos termos do artigo 10 da Lei n.º 10.522/2002, independentemente de o valor total dos débitos ultrapassar o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), se outro impedimento não existir.

2. A Lei nº 10.522/02, em seu art. 14 e incisos, estabelece vedações à concessão de parcelamento, sem estipular limites de valores, ressaltando, contudo, em seu art. 14-C, a inaplicabilidade das proibições estabelecidas no art. 14 ao parcelamento simplificado.

3. A Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15/09, ao limitar o a ser parcelado, inovou em matéria quantum onde a lei ordinária não tratou, violando, pois, o princípio da reserva legal. No mesmo sentido: AC 561114/PB, Rel. Des. Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, Terceira Turma, j. em 10/10/2013, DJE 21/10/2013; PJE 08054727420154058300, AC/PE, Rel. Des. Fed. Manoel Erhardt, 1º Turma, j. em 14/03/2016; PJE 08051182020154050000, AG/SE, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, 2ª Turma, j. em 27/01/2016.

4. Remessa oficial e apelações improvidas.

A matéria em questão foi submetida a julgamento no rito dos recursos repetitivos (REsp 1.679.536/RN, 1.724.834/SC e 1.728.239/RS, de

minha Relatoria) que cuidam do tema 997: “legalidade do estabelecimento, por atos infr legais, de limite máximo para a concessão do parcelamento simplificado, instituído pela Lei 10.522/2002”.

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual, isto é, a criação de mecanismo que enseje às instâncias de origem o juízo de retratação na forma dos artigos 1.039 a 1.041 do CPC/2015. Nessa linha:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. MATÉRIA AFETADA PELA SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS. SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE.

(...)

2. Encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, **os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.** Precedente: AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/6/2017.

3. Somente depois de realizada essa providência, a qual representa o exaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado, em sua totalidade, a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal *a quo*.

4. **De acordo com o entendimento do STJ, qualquer irresignação que tenha por objeto matéria tratada em recurso representativo da controvérsia deve ser devolvida aos Tribunais de origem para que exerça a competência que lhes foi atribuída pela Lei 11.672/2008.**

5. É irrecorrível ato deste Tribunal Superior que determina o sobrestamento de recursos a fim de se aguardar o julgamento do recurso representativo de controvérsia, já que desprovido de caráter decisório.

6. Agravo interno a que se nega provimento.(AgInt no REsp 1.686.774/PE, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 26.2.2018, grifou-se).

No mesmo sentido, recentes decisões monocráticas: EDcl no REsp 1.764.797/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 29.11.2018; TutPrv no REsp 1.737.903/PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 19.11.2018.

Pelo exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal de**

**origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 1.039 a 1.041 do CPC/2015, após a publicação do acórdão dos respectivos recursos excepcionais representativos da controvérsia:**

**a) denegue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou**

**b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator